O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: reflexões iniciais sobre as estratégias de ação desenvolvidas no município de São Luís

Maria Adriana de Jesus[1]
Rayane Verde Silva[2]

RESUMO: O trabalho aborda os conteúdos, estratégias e processos pedagógicos do trabalho social com famílias específicos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da proteção social básica da Política de Assistência Social. Estuda as Orientações Técnicas do SCFV, como discurso oficial e orientador do serviço no âmbito da Política. Analisa o desenvolvimento do SCFV no Município de São Luís, a partir do Relatório de Gestão da SEMCAS, referente ao ano de 2019, com ênfase nas metas executadas e resultados alcançados. A análise dos dois documentos permitiu identificar várias incongruências no Relatório da SEMCAS, sobre a execução do SCFV, em fase inicial do seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Família. Serviço socioassistencial. Convivência familiar e comunitária.

ABSTRACT: The work addresses the contents, strategies and pedagogical processes of social work with specific families of the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV), of the basic social protection of the Social Assistance Policy. It studies the Technical Guidelines of the SCFV, as an official discourse and advisor to the service in the scope of the Policy. It analyzes the development of SCFV in the municipality of São Luís, from the SEMCAS Management Report, for the year 2019, with emphasis on the goals achieved and results achieved. The analysis of the two documents identified several incongruities in the SEMCAS Report on the implementation of the SCFV, at the beginning of its development.

Keywords: Family. Social assistance service. Family and community coexistence.

[1] Aluna do 6° período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista Voluntária do Projeto de Pesquisa *Trabalho Social com Famílias no SUAS*, de Iniciação Científica PIBIC/UFMA. E-mail: adrianadejesus.maria@outlook.com

[2] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante da equipe do Projeto de Pesquisa *Trabalho Social com Famílias no SUAS.* E-mail: rayaneverde@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a concepção sobre a assistência social desenvolvida no Brasil passou por um processo de redefinição. Pela primeira vez no país, a assistência social foi concebida como direito e incluída na seguridade social, como uma política social de caráter público. Com a LOAS, de 1993, a Política de Assistência Social brasileira foi regulamentada, porém, a legalidade dessa conquista não garante a efetividade da responsabilidade do Estado com a proteção social. A LOAS representa um marco histórico, pois expressa um acordo jurídico-político no âmbito da esfera pública, a partir do qual as demandas por assistência social devem ser incorporadas como direitos pela Política de Assistência Social.

Depois da LOAS, novos documentos contribuíram no processo de formulação da Política de Assistência Social. Em 1998, no texto da primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS/1999), apareceu o princípio da “centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL / MPAS, 1999, p. 66). Nos objetivos desse documento está definido que as ações da assistência social devem ser implementadas tendo “a família como principal referencial para o desenvolvimento integral dos destinatários”. Dessa forma, o discurso oficial da Política reafirma o sentido da “centralidade na família”.

Em 2004, a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a ideia de “centralidade na família” continua expressa em vários elementos constitutivos da política. Nesse documento, essa ideia está mais evidenciada através de um dos eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): a “matricialidade sociofamiliar”, como uma nova terminologia para expressar a ideia de ter a família como principal referência. O SUAS é o sistema público da Política de Assistência Social, descentralizado e participativo, mas sem contribuição direta dos usuários. Esse sistema organiza os elementos essenciais para a execução dessa política, define os eixos estruturantes, normatiza e padroniza todos os conteúdos e ações da política, estabelece a materialidade das estruturas das unidades de atendimento, tanto da proteção social básica quanto da especial (BRASIL, 2004, p. 39).

Com a Política Nacional de Assistência Social, de 2004, a proteção social dessa política foi dividida a em duas modalidades: a básica e a especial. A proteção social

básica visa “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p. 27). É destinada às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e /ou fragilização de vínculos afetivos e comunitários, mas seus vínculos familiares podem estar fortalecidos ou enfraquecidos, mas não rompidos. As ações da proteção social básica visam potencializar e valorizar a função protetiva das famílias, para que elas tenham condições de proteger seus membros.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são unidades públicas do SUAS, de base territorial e localizadas em áreas de vulnerabilidade social dos municípios, nas áreas urbanas e rurais. Essas unidades são responsáveis pela oferta dos serviços, projetos, programas e benefícios da proteção social básica da Política de Assistência Social. Na proteção social básica devem ser ofertados três serviços: o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; e o de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Porém, em 2004 os serviços não estavam desenhados como atualmente. Em 2009, com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi elaborado uma padronização de todos os serviços da Política de Assistência Social.

Neste trabalho, o nosso objeto de estudo é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a sua execução no Município de São Luís. A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) coordena e executa os programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, de acordo com as modalidades e níveis de proteção social dessa política. Portanto, o SCFV no Município de São Luís está sob a responsabilidade pública desta secretaria.

Os resultados aqui apresentados sobre o SCFV são frutos de um Projeto de Pesquisa de iniciação científica. Nessa pesquisa utilizamos duas fontes de pesquisa documental: as Orientações Técnicas do SCFV; e o Relatório de Gestão da SEMCAS, referente ao ano de 2019. Buscamos compreender o nosso objeto de pesquisa, a partir de uma análise comparativa: entre a idealização do SCFV, conforme prevista nas Orientações Técnicas, visto que definem e orientam as estratégias de ação do serviço; e a forma como o serviço foi desenvolvido nos territórios dos CRAS, através

das organizações de execução direta e indireta, conforme informações registradas no Relatório de Gestão da SEMCAS, referente ao ano de 2019.

2 O Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos: características principais, estratégias de ação e execução no município de São Luís

Depois do PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é o serviço da proteção social básica mais comumente desenvolvido no território dos CRAS. Todos os serviços da proteção social básica devem manter articulação com o PAIF. Para ingressar no SCFV, os indivíduos e famílias devem ser, anteriormente, atendidas pelo PAIF e encaminhados para ele. O SCFV consiste numa: "[...] forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território" (BRASIL, 2013, p. 14). O SCFV deve ser planejado e executado em articulação com o PAIF. Assim como no PAIF, as ações desse serviço devem ser caracterizadas como protetivas, preventivas e proativas.

O SCFV deve ser desenvolvido de modo a complementar *o trabalho social com famílias* realizado pelo PAIF. Na Política de Assistência Social, esse trabalho deve ser compreendido como um "conjunto de procedimentos implementados por profissionais, a partir de pressupostos éticos-políticos, teórico-metodológico e técnico-operativos" (BRASIL, 2012, p. 15), mas os seus significados, conteúdos e processos são recentes e exigem maiores reflexões, a partir das experiências concretas das famílias usuárias, em suas relações sociofamiliares familiares, em cada modalidade e nível de proteção social e em cada serviço específico.

O trabalho social com família pressupõe o entendimento sobre a categoria *família*, sem desconsiderar seu dinamismo, sua diversidade, complexidade e a sua dimensão contraditória. A família é compreendida como a instituição mais antiga da vida humana, capaz de expressar a dinâmica da vida social nas suas relações, no âmbito interno da família e da sociedade. Ela está em permanente processo de mudança, de modo que em um mesmo tempo histórico coexistem uma diversidade de formas de viver em família, expressas em distintas configurações sociofamiliares. Porém, as mudanças no modo de viver em família não alteram e nem eliminam a sua

atribuição básica: de proteção aos seus integrantes, principalmente aqueles mais vulneráveis, como crianças, adolescentes e idosos.

Assim como o PAIF, o SCFV também desenvolve o trabalho social famílias, porém, a estratégia é diferenciada, pois a inserção das famílias ocorre através da organização de grupos etários específicos na perspectiva do convívio e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações do SCFV devem contribuir também para evitar o rompimento dos vínculos, familiares e comunitários que possam estar fragilizados. Desse modo, as ações do SCFV devem ser desenvolvidas para potencializar a capacidade de proteção familiar e prevenir as situações que exijam a segregação e a institucionalização de crianças, adolescentes, pessoas idosas e com deficiência. A concepção e metodologia do SCFV devem contemplar as relações intergeracionais e a diversidade.

As ações do SCFV devem ser educativas para o público etário e sua família, definidas por três características básicas: a preventiva, que se refere à redução das ameaças, através de ações antecipadas aos riscos para impedir o agravamento da situação das famílias; a protetiva, que é relativo a garantia de ações que assegurem o acesso aos direitos que instituídos; e a proativa, que diz respeito a um posicionamento ético e político, na perspectiva de promover junto às famílias, as reflexões sobre a necessidade de prevenção e de proteção (BRASIL, 2010, p. 42).

A estratégia principal do SCFV é a organização de grupos de acordo com a faixa etária, de modo a respeitar as particularidades do ciclo de vida dos participantes. Os grupos do SCFV são direcionados para crianças e adolescentes: de 0 a 6 anos; de 6 a 15 anos; de 15 a 17 anos. O público de jovens e adultos foi dividido em dois grupos etários: de 18 a 29 anos; e de 30 a 59 anos. E, por fim, o grupo de idosos agrega pessoas partir dos 60 anos. Entretanto, devido as particularidades e necessidades dos participantes, cada grupo etário também pode ser dividido.

O Serviço tem objetivos gerais para todos os públicos participantes dos grupos etários, mas também propósitos específicos, para cada um dos grupos e por faixa etária. Destacamos alguns objetivos generalistas do SCFV, para todos os públicos: prevenir a institucionalização e isolamento de crianças, adolescentes, jovens e idosos; promover o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais; facilitar informações

sobre direitos e participação cidadã para os usuários; e fortalecer os vínculos familiares e comunitários por intermédio de intervenções intergeracionais, baseadas no compartilhamento de experiências e vivências (BRASIL, 2013, p.16).

Para a realização do trabalho social do SCFV, com cada grupo específico, é necessário elaborar o percurso das atividades, de maneira a garantir as aquisições progressivas aos usuários. Trata-se da elaboração de um plano de atividades, com um percurso pedagógico sistemático, previsto para um determinado período de execução, na perspectiva do alcance dos objetivos traçados para cada grupo. Devem ser realizadas atividades pedagógicas com duas dimensões complementares: uma educativa; e outra, fortalecedora de vínculos. Cada atividade, realizada com os grupos pode ter uma ou mais característica específica, pois podem ser lúdicas, integrativas, recreativas, formativas ou de vivência intergeracional. A intenção é possibilitar a socialização, a troca de experiências, a orientação sobre os direitos, o aprendizado sobre o convívio e o fortalecimento dos vínculos nas relações familiares.

2.1 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido no município de São Luís: reflexões a partir do Relatório de Gestão da SEMCAS, de 2019.

De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS/2005, o município de São Luís é considerado uma metrópole e está habilitado na gestão plena da Política de Assistência Social. Desse modo, a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) é órgão público responsável pela gestão e execução da Política em São Luís, de modo que assume a execução das ações referentes às duas modalidades de proteção social: a básica e a especial. Deve disponibilizar para a população no mínimo oito CRAS, mas atualmente dispõe de vinte. Cada CRAS deve ser referência para até cinco mil famílias em seu território de abrangência.

Antes de analisarmos o Relatório de Gestão da SEMCAS, de 2019, buscamos o Plano de Ações Prioritárias do órgão gestor, referente ao mesmo ano, com a intenção de verificar a relação entre as ações planejadas e as executadas. O Plano foi estruturado a partir de eixos, detalhados em metas, ações e estratégias. Entretanto, o Relatório de Gestão da SEMCAS, do ano de 2019, foi elaborado a partir das fontes de financiamento de seus programas e respectivas ações, que estão organizadas em

três Unidades Orçamentárias, a saber: a primeira, do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): a segunda, da Criança e do Adolescente; e a terceira, diz respeito a Unidade Orçamentária da SEMCAS. Desse modo, não percebemos uma coerência entre o conteúdo do Plano e do Relatório, visto que seguem lógicas distintas.

Para compreender a forma como o SCFV foi desenvolvido nos territórios dos CRAS do município de São Luís, solicitamos formalmente o Relatório de Gestão da SEMCAS, referente ao ano de 2019. A nossa intenção inicial era realizar a pesquisa empírica junto aos profissionais que trabalham nos CRAS, como executores do serviço ou como profissionais de referência para as organizações conveniadas que executam o SCFV. Porém, o contexto da pandemia da Covid-19 inviabilizou o acesso aos informantes. Com a concessão do Relatório de Gestão, obtivemos as informações de fonte secundária. Em seguida, elaboramos instrumentais para orientar a pesquisa documental, com base nos conteúdos das Orientações Técnicas do SCFV.

O Relatório de Gestão da SEMCAS de 2019 está organizado através de uma matriz programática que contempla sete programas. Neste trabalho, destacamos o Programa de Proteção Social Básica, que está estruturado em cinco ações: Ações de Inclusão socioprodutiva; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de proteção no Domicílio para pessoas idosas e com deficiência; e ações relativas à construção, reforma, equipamento e material permanente para as Unidades de Atendimento.

O SCFV faz parte do Programa de Proteção Social Básica da SEMCAS e está contemplado no Relatório de Gestão do de 2019. É um serviço de fundamental importância para as famílias referenciadas ao CRAS, que necessariamente exige um planejamento das ações a serem desenvolvidas com as famílias. Por isso, buscamos informações sobre o serviço no Plano de Ações Prioritárias da SEMCAS/2019, que contempla um eixo referente à proteção social básica, mas não apresenta nenhuma meta, ação, nem estratégia diretamente relacionada ao SCFV.

As ações do desenvolvimento do SCFV estão registradas no Relatório de Gestão da SEMCAS de 2019, a partir de uma matriz de informações, composta por finalidades, metas previstas e metas executadas. Apresenta também os resultados alcançados e os referidos indicadores de resultados. Para compreender melhor as

metas, com apoio da Tipificação Nacional, organizamos um quadro síntese que nos indicou algumas comparações sobre o SCFV desenvolvido pela SEMCAS, direta e indiretamente, como órgão gestor da Política de Assistência Social no Município.

QUADRO 01: Comparação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre a SEMCAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no que se refere às finalidades, público alvo, metas previstas e metas executadas, 2019.

RELATÓRIO da SEMCAS /2019: FINALIDADE e PÚBLICO-ALVO - SCFV	META PREVISTA SCFV - 2019	META EXECUTADA SCFV - 2019
Complementar o trabalho social com famílias com crianças, adolescentes, jovens pessoas idosas e pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária e o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, prevenindo assim a ocorrência de situações de risco social, institucionalização e segregação dessas pessoas.	● 5.510 pessoas participantes. ● 2.755 - público prioritário	● 5.417 pessoas participantes e inseridas no SISC[3]. ● 2.757 - público prioritário
DOCUMENTOS da POLÍTICA: FINALIDADE e PÚBLICO-ALVO - SCFV	**META PREVISTA**	**META EXECUTADA**
O SCFV tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias desenvolvido no PAIF, na prevenção da segregação, rompimento de vínculos familiares, assegurando a vivência familiar e comunitária, através de espaços de referência para convívio familiar, grupal, comunitário e social (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009).	**Participantes**: 5.510 pessoas participantes no SCFV Por CRAS: 275 pessoas participantes 76 famílias participantes **Público Prioritário:** 2.755 pessoas Por CRAS: 137 pessoas participantes 38 famílias participantes	**Participantes**: 5.417 pessoas inseridas no SCFV Por CRAS: 270 pessoas inseridas 75 famílias inseridas **Público Prioritário:** 2.757pessoas Por CRAS: 138 pessoas inseridas 39 famílias atendidas

Fonte: SEMCAS, Relatório de Gestão, 2019. Elaboração da autora.

[3] O Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) é um instrumento de registro de informações sobre o serviço fornecidas pelos gestores municipais da Política de Assistência Social. Ele possibilita o acompanhamento e gestão em todo o território nacional.

Com base no quadro 01 acima, observamos que no Relatório da SEMCAS, o público destinatário e a finalidade do SCFV, embora não estejam escritos da mesma forma, expressam conteúdos semelhante aos que estão definidos na Tipificação Nacional. Desse modo, parece que a SEMCAS, como órgão gestor, compreende o SCFV de acordo com as orientações da Política de Assistência Social.

No quadro 01 acima, podemos observar que a SEMCAS utiliza como indicador o termo *participantes* e não *famílias* para se referir ao público inserido no SCFV. A família é fundamental para o Serviço, pois embora a estratégia de inserção seja através dos grupos, a participação da família dos integrantes de cada grupo deve contemplar o sentido da *centralidade na família,* como eixo orientador da Política de Assistência Social. No que se refere ao SCFV, o trabalho social com famílias está expresso em dois documentos oficiais da Política: a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas do SCFV. Nestes, o objetivo do serviço está diretamente vinculado à família e aos seus integrantes, em separado e de acordo com o ciclo vital. Por esta razão e para verificar a quantidade de famílias envolvidas no serviço, convertemos as informações do Relatório da SEMCAS sobre a quantidade de *pessoas* participantes para a de *famílias.* O IBGE (2007), informa que no Estado do Maranhão, as famílias são compostas, em média, por 3,6 pessoas.

Os documentos oficiais da Política não definem quantidade de participantes para o SCFV, mas propõem um número de participantes, de acordo com as particularidades de cada grupo etário. A SEMCAS estabeleceu no Relatório de Gestão/2019 dois tipos de meta: a prevista e a executada. A meta prevista, em 2019, foi de 5. 510 pessoas participantes, equivalente a 275 participantes por CRAS, ou ainda, considerando a média de pessoas por família, corresponde 76 famílias inseridas no SCFV. A meta prevista para o grupo prioritário[4] do Serviço foi de 2.755 participantes, equivalente a 137 pessoas atendidas por CRAS. Cada CRAS, deveria atingir a meta de 38 famílias participantes.

[4] Pessoas com deficiência, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e exploração sexual, em situação de trabalho infantil, adolescentes em comprimento de medidas socioeducativas, idosos etc.

No referido Relatório de Gestão, a SEMCAS informou que, no ano de 2019, a meta executada para o SCFV foi de 5.417 pessoas. No território de cada CRAS ocorreu em média, a inserção de 240 pessoas, que corresponde a 75 famílias inseridas e atendidas. Em relação ao público prioritário do Serviço, observamos que o Relatório a meta prevista e a executada são similares, com o acréscimo de apenas duas pessoas na meta executada. Considerando a informação sobre o total da meta executada, percebemos que o público prioritário constitui um percentual de 51% do público inserido no Serviço. No que se refere à meta prevista para o público geral do serviço, a SEMCAS informou que atingiu um percentual próximo do esperado, pois atingiu 5.417 pessoas, que corresponde a 98,31% da meta prevista.

Para que o SCFV seja ofertado o órgão gestor municipal deve ter definido a territorialização do CRAS e criado as condições para o seu funcionamento. Diferente do PAIF, a responsabilidade pela oferta e execução do SCFV não é atribuição restrita ao CRAS, pois também pode ser ofertada por organizações privadas de assistência social, que assumem formalmente parceria com o órgão gestor e para isso recebem recursos públicos. Em São Luís, a SEMCAS disponibiliza para o Serviço, ao nível de execução direta, três centros de convivência: o Centro de Convivência da Vila Luizão; o Circo Escola, na Cidade Operária; e a Casa do Bairro, no Centro da cidade.

O Relatório de Gestão da SEMCAS apresenta na sua matriz de informações os resultados alcançados pelo SCFV. A maioria dos resultados, quando relacionados às aquisições dos usuários, são expressos de modo insuficiente e impreciso. Além disso, os indicadores de resultados não estão diretamente vinculados aos resultados alcançados, de modo que dificulta a compreensão dessas informações. Para analisar as informações do relatório dividimos os resultados em dois eixos e elaboramos dois quadros: o primeiro, sobre as informações relacionadas às aquisições dos usuários do SCFV; e o segundo, sobre a Gestão da SEMCAS relacionados ao SCFV. Em seguida, buscamos construir a relação entre os indicadores de resultados e suas metas, com as informações referentes aos resultados alcançados.

De acordo com as informações da SEMCAS e o quadro 02 abaixo, o SCFV foi executado nos 20 CRAS do município de São Luís e atendeu a demanda de 70 bairros, com 256 grupos. O Relatório de Gestão não indica quantos grupos específicos

foram direcionados para criança e adolescentes, para jovens e adultos e idosos, pois informa apenas o número total de grupos do SCFV, de modo que não permite calcular a quantidade de grupos por segmento etário. O Relatório também não informa em quais bairros dos CRAS os grupos estão em funcionamento, nem quantos deles foram ofertados pelos CRAS. Não esclarece, quantos dos 256 grupos foram ofertados pelas organizações que têm parcerias com a SEMCAS. Entretanto, sabemos, que a SEMCAS oferta o SCFV em três Centros de Convivência, anteriormente citados.

QUADRO 02: Resultados alcançados pelo SCFV ofertado pela SEMCAS, referente às aquisições dos usuários, e a relação entre indicadores de resultados e metas executadas, em 2019.

ATIVIDADE do SCFV	**AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS pelo SCFV**	
RESULTADOS ALCANÇADOS	**Indicadores de Resultados**	**Meta Executada por Resultado**
1. Fortalecido o vínculo familiar e comunitário melhorando a sociabilidade e o protagonismo das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos do SCFV.	O SCFV funcionando nos bairros e nos territórios dos CRAS do município.	256 grupos do SCVF 20 CRAS - Em 70 bairros
2. Fortalecido o sentimento de pertença e identidade, valorizando e respeitando as configurações sociais, locais, os costumes, a cultura e as histórias das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos do SCFV.	Grupo do SCFV voltado para pessoas com deficiência, executado nos territórios do CRAS Anjo da Guarda.	01 grupo
3. Estimulado o desenvolvimento da autonomia e protagonismo das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.	Adolescentes selecionados para o Projeto Vira Vida	200 adolescentes
4. Assegurada a integração e a valorização dos talentos individuais e coletivos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos do SCFV	Apresentações de palco na 6ª Amostra de Talentos	650 usuários participantes 16 apresentações
5. Melhorada a autoestima e possibilitada a superação de dificuldades físicas, motoras e de relacionamentos de idosos com a comunidade e com suas famílias.	Apresentações de palco na 6ª Amostra de Talentos	650 usuários participantes 16 apresentações

Fonte: SEMCAS, Relatório de Gestão, 2019. Elaboração da autora.

Observamos no quadro acima que, embora o segmento *pessoa com deficiência* seja público prioritário do SCFV, somente um grupo foi desenvolvido com esse segmento durante o ano de 2019 e em apenas um CRAS. Considerando a importância

do SCFV para esse público, suas famílias e a quantidade de pessoas com deficiência[5] que habitam no Município de São Luís, em diferentes faixas etárias, entendemos que apenas um grupo do serviço é insuficiente diante da demanda.

No quadro 03 abaixo, apresentamos o segundo eixo de resultados alcançados pelo serviço, aqueles que não são diretamente vinculados aos usuários, pois dizem respeito a gestão da SEMCAS para garantir o funcionamento do SCFV. Neste quadro, sobre os resultados alcançados, elaboramos indicadores de resultados e buscamos estabelecer relações com as metas executadas expressas no Relatório.

QUADRO 03: Resultados alcançados pela SEMCAS, referente à gestão para com o funcionamento do SCFV, em relação aos indicadores de resultados e metas executadas, em 2019.

ATIVIDADE do SCFV	RESULTADOS ALCANÇADOS PARA O SCFV REFERENTE À GESTÃO DA SEMCAS	
RESULTADOS ALCANÇADOS	**Indicadores de Resultados**	**Meta Executada por Resultado**
1. Melhorada a eficácia e a qualidade do serviço prestado pelas entidades da rede conveniada e da execução direta.	Realização de visitas, por uma comissão, junto às organizações parcerias de execução indireta.	56 visitas
	Reuniões e encontros com a equipe do CRAS e a rede conveniada para avaliar, planejar e realinhar as ações do serviço.	46 reuniões
2. Garantida a inclusão e atendimento do público prioritário, bem como, a alimentação e atualização do SISC e repasse do Cofinanciamento Federal.	Inserção do público prioritário no SCFV	2.757 pessoas público prioritário
3. Propiciada a qualificação e aprimoramento dos profissionais e representantes de entidades que atuam no SCFV.	Participação de orientadores sociais em atividades de formação, que resultou no aprimoramento da equipe	130 orientadores
4. Ampliação e fortalecimento de parcerias.	Processo de articulação de instituições que executam ações do SCFV	44 instituições
	Projetos financiados pela Fundação Itaú - CIEDS em parceria com a rede conveniada nos territórios.	05 projetos
5. Assegurada à regularidade do pagamento e cumprimento dos prazos	Pagamento regular para as entidades da rede conveniada	54 entidades

Fonte: SEMCAS, Relatório de Gestão, 2019. Elaboração da autora

[5] De acordo com o IBGE Cidades, com base no Censo de 2010, em São Luís existiam 256 mil pessoas com deficiência. Em busca de dados atualizados, a Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), através de sua página na internet, informou que, em 2017, existiam 320 mil pessoas com deficiência em São Luís.

No ano de 2019, o SCFV foi executado por 56 organizações conveniadas, em parceria com a SEMCAS, conforme explicitado no quadro 03, acima. Essa informação nos remete à uma marca do pluralismo de bem-estar, uma vez que a SEMCAS, órgão do Estado, divide com essas organizações privadas a responsabilidade pela execução de um serviço público, para assegurar a proteção social aos segmentos da família e dela como um todo. De acordo com o Relatório, a SEMCAS promoveu visitas e reuniões às organizações conveniadas, através da comissão de monitoramento e avaliação, com a finalidade de acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades do SCFV desenvolvidas pelas organizações conveniadas.

De acordo com as *Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos,* o trabalho social no Serviço deve ser desenvolvido por uma equipe composta por profissionais vinculados ao CRAS: de nível superior são assistentes sociais, psicólogos ou pedagogos; de nível médio são os orientadores sociais e facilitadores de oficinas. Essa equipe deve se constituir como referência para os usuários, e, deve ter como premissa desenvolver o trabalho pedagógico com qualidade, na perspectiva de possibilitar que os usuários conquistem as mudanças necessárias. Entendemos que foi neste sentido que a SEMCAS realizou atividades de capacitação para 130 orientadores sociais do serviço, mas não esclarece os conteúdos, sistematicidade nem metodologia. O Relatório não informa se a SEMCAS ofertou atividades de capacitação para os outros profissionais da equipe.

As atividades do SCFV podem ser executadas em *parceria* com instituições de diversas políticas públicas presentes no território, como a política de saúde, educação, cultura, esporte e segurança, que devem ser articuladas para um *trabalho em rede*. Entretanto, outras organizações de caráter privado, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, também podem ser articuladas para contribuir com o SCFV. Essas parcerias visam a realização de ações esporádicas e direcionadas de acordo com os objetivos definidos anteriormente para cada grupo etário. No ano de 2019, a SEMCAS manteve articulação com 44 instituições, públicas e privadas, que contribuíram no processo de execução das ações do SCFV junto aos usuários e às famílias.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa documental que realizamos, com base no Relatório de Gestão SEMCAS, do ano de 2019, sobre os resultados produzidos pelas ações do SCFV foi marcada por muitas dificuldades no processo de identificação das informações, de reflexão e análise sobre elas. A razão dessas dificuldades está no próprio Relatório, ou seja, na fragilidade da comunicação que ele expressa: o conteúdo das informações quantitativas e qualitativas é impreciso, confuso e incompleto, em diversos aspectos. Informa de modo geral, que existiam 256 grupos em funcionamento no ano de 2019. Porém o Relatório da SEMCAS não informa os territórios dos CRAS que o serviço foi ofertado, nem quantos e quais grupos foram formados para o público específicos: de criança e adolescentes, de jovens e adultos, e de idosos.

Considerando o conteúdo das Orientações Técnicas sobre o SCFV, o processo de elaboração do planejamento das atividades do SCFV deve ser participativo, envolvendo a gestão e os profissionais responsáveis pelo serviço, para que seja garantida a dimensão pedagógica nas atividades, com metodologias adequadas e atrativas para o público específico. A SEMCAS deveria considerar a importância dessa dimensão para definir critérios mais qualitativos no processo de convênio com as organizações no território, não limitados às condições estruturais, mas priorizando a dimensão pedagógica para alcançar os objetivos do serviço.

Nos limites deste trabalho, a partir do estudo das Orientações Técnicas sobre o SCFV e a análise do Relatório de Gestão SEMCAS, de 2019, desenvolvemos esforços para compreender o trabalho social com famílias desenvolvido pelo SCFV no Município de São Luís. Entretanto, o conhecimento que conseguimos sistematizar neste estudo é limitado, pois as fontes de informação sobre a execução do serviço foram insuficientes, visto que não expressam a dinâmica da realidade sobre o modo como ele é executado pelos profissionais no âmbito das organizações de assistência social, públicas e privadas. Esse conhecimento pode ser ampliado e aprimorado com a pesquisa empírica, junto aos profissionais da equipe de referência que desenvolvem o SCFV, mas também com as famílias e os grupos etários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SNAS. **Cadernos de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 0 a 6 anos**. Brasília, DF: 2010

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social**. Política Nacional de Assistência Social**. Brasília-DF: MPAS / SEAS, 1999.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB / SUAS**. Brasília, DF: 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB / SUAS**. Brasília, DF: 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SNAS. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 A 15 anos**. Brasília, DF: 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SNAS. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF:** Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Vol. 2 - Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: 2004.

MIOTO, R. C. Tamaso**. Novas propostas e velhos princípios: a assistência à famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C. de.; LEAL, M.C (Orgs.). Política social família e juventude: uma questão de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

SEMCAS. **Relatório de Gestão 2019**. Prefeitura Municipal de São Luís - Maranhão. Secretaria Adjunta de Gestão: SEMCAS, 2019.